



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE PIRACICABA**

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO 2022

(2º SEMESTRE)

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

**Conformidade das áreas Mapeadas, Manualizadas e as todas as ações atendidas na
Implantação do Pró-Gestão**

EXERCÍCIO 2022 – 2º SEMESTRE

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	BENEFÍCIOS – CONCESSÃO E REVISÃO DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES	3
2.1	Servidores envolvidos	3
2.2	Metodologia Aplicada	3
2.3	Apuração Geral dos Procedimentos de Concessão das Aposentadorias e Pensões.	4
2.4	Análise dos Processos de Aposentadorias e Pensões Concedidos ou Revisados.	4
3.	GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	6
3.1	Servidores envolvidos	6
3.2	Metodologia Aplicada	6
3.3	Análise da Execução	6
4.	INVESTIMENTOS.....	7
4.1	Apuração Geral do Processo de Elaboração, Aprovação e Revisão da Política de Investimentos.....	7
4.2	Apuração Geral do Processo de Credenciamento das Instituições Financeiras.	7
4.3	Apuração Geral do Processo de Autorização de Aplicação e Resgate.	8
5.	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	9
5.1	Apuração Geral dos Procedimentos de contingência e backup dos Sistemas.....	9
6.	CONCLUSÃO GERAL.....	10

1. INTRODUÇÃO

Dado os trabalhos de acompanhamento e auditoria das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na Implantação da Governança no âmbito do Pró-Gestão, este relatório objetiva inicialmente e de forma segregada das demais auditorias, o cumprimento do item 3.1.4 – “Estrutura de Controle Interno” do Manual Pró-Gestão V.3.4.

Na primeira parte do relatório, os trabalhos de acompanhamento e auditoria ocorreram nas áreas mapeadas e manualizadas, que compreendem os departamentos:

- De Concessão de Benefícios;
- Do Processo de Arrecadação;
- De Gestão dos Investimentos e
- De Tecnologia da Informação;

A segunda parte do relatório, compreende no acompanhamento das ações no processo de Implantação da Governança no âmbito do Pró-Gestão.

A periodicidade de emissão do Relatório de Controle Interno compreende a periodicidade do próprio Manual do Pró-Gestão V.3.3, bem como suas futuras emissões, atualizações e publicações que venham substituí-lo.

2. BENEFÍCIOS – CONCESSÃO E REVISÃO DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES

2.1 Servidores envolvidos

Foram envolvidos no processo de auditoria os servidores:

- Ilma Gomes de Araújo
- Eonice Gomes de Araújo
- Claudia Regina Lopes Prospero

2.2 Metodologia Aplicada

A metodologia aplicada quanto à análise e verificação dos processos, ocorre por amostragem, sendo especificamente:

- Levantamento do número de processos de benefícios concedidos no 2º SEMESTRE de 2022;
- Análise da execução, por amostragem, dos processos de benefícios concedidos;
- Análise documental, por amostragem, das pastas físicas dos processos de benefícios concedidos e
- Análise, por amostragem, dos registros efetuados nos sistemas integrados aos processos que são utilizados pelo IPASP.

2.3 Apuração Geral dos Procedimentos de Concessão das Aposentadorias e Pensões.

Foram identificados até o 2º SEMESTRE de 2022 o encaminhamento de **215 processos**, sendo:

- **05 (cinco) processo** de aposentadorias por invalidez permanente com proventos integrais, fundamentada pela regra da Emenda Constitucional nº 70, Art. 6º-A e da Emenda Constitucional nº 41;
- **03 (três) processos** de aposentadoria voluntária especial insalubre, fundamentada pela regra do Art. 40, §4º da Constituição Federal, sumula nº 33;
- **06 (seis) processos** de aposentadorias voluntária por idade, fundamentada pela regra do Art. 40, Emenda Constitucional nº20, direito adquirido até 31/12/2003;
- **144 (cento e quarenta e quatro) processos** de aposentadorias voluntária fundamentada na regra de aposentadoria prevista no artigo 3º da EC nº 47/2005;
- **25 (vinte e cinco) processos** de aposentadorias voluntária fundamentada em regra transitória prevista no artigo 6º da EC nº 41/2003 e
- **32 (trinta e dois) processos** de pensão por morte.

2.4 Análise dos Processos de Aposentadorias e Pensões Concedidos ou Revisados.

Por amostragem, foi selecionado **1 (um) processo** entre as concessões e revisões listados abaixo.

- Amostra selecionada:

NOME	Nº FUNCIONAL	TIPO	DESCRIÇÃO	INÍCIO BENEFÍCIO
LINEU ANTONIO CARDOSO	107166	APOSENTADORIA CONVERSÃO TEMPO COMUM EM ESPECIAL	ART. 3 º DA EC 47	01/08/2022

- Análise da Execução

O processo acima foi auditado de acordo com a descrição dos processos mapeados e manualizados pelo próprio departamento de concessão de benefícios, seguindo a operação:

Análise do Fluxo do Processo de Concessão		
Sim	Não	Observações
☒	☐	O processo de abertura da concessão do benefício foi devidamente protocolado?
☒	☐	O IPASP promoveu a conferência do processo de concessão recebido pelo Ente?
☒	☐	Ocorreu inconsistência documental no processo apresentado pelo Ente?
☒	☐	Foi devidamente encaminhado o processo de concessão para a ciência do Presidente do IPASP?
☒	☐	Foi devidamente elaborado o cálculo do benefício a ser concedido?
☒	☐	Foi devidamente anexado a apostila de fixação dos proventos?
☒	☐	Houve a devida publicação da concessão do benefício em Diário Oficial?

☒	☐	Foram devidamente lançadas as informações no sistema do Tribunal de Contas do Estado – TCE?
☐	☒	Houve o retorno do TCE quanto a análise promovida referente a concessão do benefício?
☐	☒	O IPASP promoveu a consulta da situação do beneficiário quanto ao COMPREV?
☐	☒	Todo o processo de concessão foi devidamente digitalizado e arquivado mesmo que provisoriamente?

- Análise dos registros efetuados nos Sistemas Integrados

Análise dos Sistemas Integrados do Processo de Concessão		
Sim	Não	Lista de Sistemas Integrados
☒	☐	Houve o envio do processo ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo?
☐	☒	O IPASP anexou o processo, após homologação, a Compensação Previdenciária?

2.4.1.1 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

Da análise realizada, observou-se que os procedimentos aplicados ao processo de concessão, os fluxos e documentos, estão de acordo com o Manual Procedimentos de Concessão de Benefícios, seguindo sua ordem, organização e formalização.

Foram analisados os documentos pertinentes a cada etapa do processo de concessão devidamente descritos no mapeamento, provando-se estar incompleto segundo a ordem do Manual de Procedimentos de Concessão de Benefícios.

O fluxo do processo de concessão está em conformidade com o mapeamento e orientações descritas no Manual Procedimentos de Concessão de Benefícios.

O processo físico e a junção de documentos são feitos pelo Ente Federativo e complementados pelo IPASP. Os documentos do processo selecionado foram devidamente apresentados e não estão em conformidade com o checklist de documentos do departamento.

A disposição dos documentos em pastas físicas mantém a ordem padrão descrita no manual. Fica o responsável pelo departamento instaurar ações corretivas para resolução da ocorrência.

Fica condicionado ao responsável pelo departamento apresentar no prazo de 15 dias ações de resolução da ocorrência e pendências documentais.

A concessão do benefício foi devidamente informada ao Tribunal de Contas do Estado, sendo que sua análise somente ocorrerá após a fiscalização pelo referido órgão, o que ocorre normalmente no exercício seguinte ao fiscalizado.

Fica condicionado para o próximo exercício, nova auditoria para a comprovação do efetivo encerramento do processo.

O cadastro e registro do beneficiário foi devidamente lançado nos sistemas integrados do IPASP, sendo encaminhado posteriormente ao departamento correspondente pela Gestão da Folha de Pagamentos.

Fica condicionado para o próximo exercício, nova auditoria para a comprovação do efetivo arquivamento físico e lógico do processo.

Recomendamos que os documentos atrelados ao processo de concessão apresentem títulos permitindo a fácil identificação dos documentos, tanto dos processos de concessão quanto no processo de auditoria.

3. GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

3.1 Servidores envolvidos

Foram envolvidos no processo de auditoria os servidores:

- Maria Augusta de Oliveira Ferreira
- Luciene de Albuquerque Santos

3.2 Metodologia Aplicada

A metodologia aplicada quanto à análise e verificação dos processos, ocorre por amostragem, sendo especificamente:

- Análise da execução, do processo selecionado no item anterior;
- Análise documental da pasta física do processo selecionado no item anterior; e
- Análise dos registros efetuados nos sistemas integrados aos processos que são utilizados pelo IPASP

3.3 Análise da Execução

O processo acima foi auditado de acordo com a descrição dos processos mapeados e manualizados elaborados pelo próprio IPASP, seguindo a operação:

Análise do Fluxo do Procedimento de Gestão da Folha de Pagamento		
Sim	Não	Observações
☒	☐	A contabilidade realizou o cálculo do valor para ser repassado à Prefeitura?
☒	☐	O RH da Prefeitura enviou os valores atualizados à Tesouraria?
☒	☐	Os valores transmitidos pela Prefeitura são referentes ao Fundo Financeiro?
☒	☐	A Tesouraria efetuou os resgates para pagamento dos Fundos Previdenciários e Financeiro?
☒	☐	A Tesouraria efetuou os regastes para pagamento dos ativos do IPASP?
☒	☐	O Tesoureiro assinou o processo de Gestão de Folha de Pagamento?
☒	☐	O Presidente do IPASP o processo de Gestão da Folha de Pagamento?

Os processos acima selecionados foram auditados de acordo com diretrizes e estão em conformidade com os critérios de análise.

3.3.1.1 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

Da análise realizada, observou-se que os procedimentos aplicados ao processo de pagamento e gestão da folha, os fluxos e documentos, estão de acordo com o Manual Procedimentos da Gestão da Folha de Pagamentos, seguindo sua ordem, organização e formalização.

Não há observações ou recomendações a serem apresentadas.

4. INVESTIMENTOS

Procedimento aplicado quanto à análise e verificação dos processos de Investimentos:

- Análise documental do processo de elaboração, aprovação e revisão da Política de Investimentos;
- Análise documental do processo de Credenciamento das Instituições Financeiras;
- Análise documental do processo de autorização de aplicação e resgate.

4.1 Apuração Geral do Processo de Elaboração, Aprovação e Revisão da Política de Investimentos.

Conforme informações, documentos e registros apresentados pelo departamento de Investimentos, não houve revisão da Política de Investimentos 2022 até o 2º SEMESTRE de 2022.

4.1.1.1 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

Não há observações ou recomendações a serem apresentadas.

4.2 Apuração Geral do Processo de Credenciamento das Instituições Financeiras.

Conforme informações, documentos e registros apresentados pelo SETOR DE INVESTIMENTOS, até o 2º SEMESTRE houve o Credenciamento de duas Instituições Financeiras, são elas: BCG DTVM LTDA, CNPJ nº 33.862.244/0001-32 e Renascença DTVM LTDA, CNPJ nº 62.287.735/0001-03.

Quanto ao processo de atualização do Credenciamento, em conformidade com a Portaria MPS nº 519/2011 e Resolução CMN nº 4.963/2021 e alteração, segundo informações, documentos e registros apresentados pelo SETOR DE INVESTIMENTOS, houve atualizações nos processos de Credenciamento da Instituição Financeira ITAÚ UNIBANCO S/A, inscrito sob o CNPJ nº 60.701.190/0001-04, contemplada na Carteira de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE PIRACICABA - IPASP até o 2º SEMESTRE de 2022.

4.2.1.1 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

Não há observações ou recomendações a serem apresentadas.

4.3 Apuração Geral do Processo de Autorização de Aplicação e Resgate.

Foram identificados até o 2º SEMESTRE de 2022 a emissão de 454 (quatrocentos e cinquenta e quatro) autorizações de aplicação e resgate, sendo:

- **294 (duzentos e noventa e quatro)** autorizações de resgates;
- **160 (cento e sessenta)** autorizações de aplicação.

Por amostragem, foram selecionados 01 (um) autorização de aplicação e resgate – APR por operação, sendo:

- Análise da Execução

O processo acima foi auditado de acordo com a descrição dos processos mapeados e manualizados elaborados pelo próprio IPASP seguindo a operação:

Análise do Fluxo do Procedimento de Gestão da Folha de Pagamento		
Sim	Não	Observações
☒	☐	O Comitê de Investimentos, por meio de reunião ordinária, autorizou as aplicações e resgates do mês subsequente?
☒	☐	A Tesouraria realizou a emissão das guias de aplicação e resgate?
☒	☐	Foram efetuados os lançamentos contábeis referentes as movimentações das aplicações e resgates pelo responsável da Tesouraria?
☒	☐	Foi elaborada a Autorização de Aplicação e Resgate (ARP)
☒	☐	A ARP foi lançada no sistema CADPREV?
☒	☐	Os responsáveis e autorizados cadastrados no sistema assinaram os docs. Digitalmente?

- Análise Documental

O processo acima foi auditado de acordo com a descrição dos processos mapeados e manualizados elaborados pelo próprio IPASP.

- Análise dos registros efetuados nos Sistemas Integrados

Análise dos Sistemas Integrados do Processo de Concessão		
Sim	Não	Lista de Sistemas Integrados
☒	☐	O setor de investimentos utilizou as informações extraídas do sistema da empresa de consultoria?
☒	☐	Houve a apuração das informações por meio do Tribunal de Contas do Estado, via AUDESP?
☒	☐	Foram analisadas as informações do DAIR (Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos)?
☒	☐	As informações foram verificadas no CADPREV?

4.3.1.1 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

Da análise realizada, observou-se que os procedimentos aplicados ao processo de investimentos, os fluxos e documentos, estão de acordo com o Manual Procedimentos de Investimentos, seguindo sua ordem, organização e formalização.

5. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O procedimento aplicado quanto à análise e verificação do compromisso do IPASP com a segurança das informações sob sua guarda e a formalização das normas para segurança observando:

- Verificação dos procedimentos de contingência e backup das informações;

5.1 Apuração Geral dos Procedimentos de contingência e backup dos Sistemas

O IPASP conta com um local específico para guarda e proteção do computador central, a sala do CPD. A sala se mantém fechada, não sendo permitido a entrada de pessoas não autorizadas.

Atualmente o IPASP conta com 13 (treze) servidores efetivos e, por amostragem, foi selecionado 01 servidor para análise de seu computador de trabalho, sendo a senhora Marina Segura Zavatti (Economista).

O computador selecionado possui senha e login de acesso, bem como senha e login para acesso aos sistemas utilizados pelo IPASP, havendo um controle de acesso próprio devidamente implantado no IPASP.

Quanto ao procedimento de backup, estes ocorrem de três formas: (i) um servidor exclusivo para o sistema IPASP (principal programa utilizado pelo IPASP; (ii) HD externo exclusivo para cada usuário de cada sistema e (iii) nuvem de uso exclusivo e acesso restrito aos usuários de cada sistema.

Não identificamos erros ou falhas nos procedimentos de backup utilizados pelo IPASP.

5.1.1.1 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

Da análise realizada, observou-se que os procedimentos aplicados ao processo de elaboração, aprovação e disseminação da PSI estão de acordo com o Manual Procedimentos de Tecnologia da Informação, seguindo sua ordem, organização e formalização.

Não há observações ou recomendações a serem apresentadas.

6. CONCLUSÃO GERAL

Analisadas as evidências disponibilizadas pelas áreas submetidas em auditoria, as informações publicadas no site do IPASP, os dados e documentos coletados durante o período, as informações obtidas por meio do diálogo mantido com cada departamento do IPASP durante a auditoria realizada, este Controle Interno opina pela regularidade das atividades auditadas no período analisado.

Recomendamos complementarmente atenção quanto as sugestões dispostas neste relatório, quando houver, sendo passíveis de irregularidades na próxima emissão do relatório de Controle Interno.

Piracicaba/SP, 14 de Fevereiro de 2023.

LUCIENE DE ALBURQUERQUE SANTOS
Controle Interno
Matrícula nº 732700

MARIA AUGUSTA DE OLIVEIRA FERREIRA
Controle Interno
Matrícula nº 615100